

para Ceiça

No retorno das férias, na entrada do prédio que todos chamamos Azulão, no campus da UFRN, fomos informados pelo porteiro, seu João, da morte de Ceiça. Maria da Conceição Freire da Silva, Ceiça, como a chamávamos, morrera dias antes, vítima de choque elétrico em sua própria casa. Para quem não a conheceu, Ceiça trabalhava como auxiliar de serviços gerais e, durante algum tempo, ocupou-se do “cafezinho” do CCHLA. Nos últimos anos, dava apoio às atividades de venda no espaço-livraria Humanitas. Franzina, desengonçada, com seu inconfundível jeito de andar com o rosto virado para o alto, compunha, com Martinha, seu Germano, Borges e seu João, o grupo daqueles que trabalham nas margens, nas extremidades, invisibilizados pelos códigos sociais (de nossas arrogâncias e elitismos) que separam e hierarquizam.

Ceiça era uma entusiasta da *Bagoas*. Nas ocasiões em que tínhamos exemplares à venda no espaço Humanitas, ela anunciava entusiasmada: “a revista não para de vender”. Outras vezes, lembrava a necessidade de reposição do estoque: “professor, está faltando revista... não pode deixar faltar”. Dizia essas palavras como que numa torcida pela *Bagoas*. Ríamos com seu jeito e palavras e sentíamos-nos apoiados pela pessoa talvez mais simples em *status* dentro do Centro de Ciências Humanas. Aquela mulher simples, em sua humildade, transmitia animação, apoio, alegria. Sua humildade não era ingenuidade: Ceiça sabia o produto que vendia. Ela sabia, pelo título “estudos gays”, pelo que se diz em torno da palavra “gay” – a qual, para nenhuma dúvida, está na capa, provocando apoio ou ladrados homofóbicos –, que a revista que ajudava a vender e difundir continha outras tantas palavras em reflexões que, mesmo sem compreendê-las (inteiramente?), certamente sabia que concernia a questões em torno das quais se faz ainda profundo silêncio ou se cerca de murmuração maledicente.

Mesmo quando o ambiente é a universidade, a murmuração é igual, pois nele, como lá fora, atuam os muitos agentes da homofobia. Alguns destes disfarçados de estudantes, funcionários, professores, alguns até disfarçados de “professores-doutores”, que, de maneiras veladas ou explícitas, perguntam do porquê do financiamento de uma revista de “estudos gays” na universidade e perguntam também do porquê do destaque para “gays”. Essas são perguntas cujos propósitos são conhecidos: quando o assunto são as homossexualidades, sexualidades transgressoras, figuras de gênero dissidentes da norma, a vontade homofóbica é a imposição do silêncio: invisibilidade, indiferenciação, promoção da ideologia da vergonha e da política do armário (como já denunciaram autores como Didier Eribon, Judith Butler, Eve Sedgwick, Adrienne Rich, entre outros). Na crítica ao que de práticas preconceituosas se pode ainda encontrar na universidade, não falta realismo. Bem sabemos que o espaço universitário é extensão do espaço social e de tudo que este contém. Todavia, considerando as funções para as quais a universidade deve existir, não é menos realista cobrar que nela o preconceito não tenha lugar.

Por essa razão, no ambiente em que doutos são praticantes da política do preconceito e do desdém para com homossexuais, a atitude de Ceiza representou sempre um estímulo. Mulher que integrava as camadas empobrecidas da sociedade brasileira, que foi submetida à exclusão e à marginalização pela sua condição de classe e gênero, ela, na sua ética, numa solidariedade sem alarde, incentivava um investimento intelectual destinado à reflexão teórica sobre as variações do desejo, da sexualidade, das construções de gênero, com ênfase para as homossexualidades, que é igualmente investimento crítico e de denúncia de representações arbitrárias e infundadas, ainda dominantes nas nossas sociedades, que sustentam práticas de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais. Alguns destes que, também por condição de classe, engrossam a banda dos que experimentam em dobro formas de exclusão e marginalização: realidade de gays e lésbicas pobres, realidade da maior parte de nossas travestis. Ou realidade de negros e mulheres das camadas sociais empobrecidas. A lembrança daquela mulher simples ajudará a não esquecermos os significados em comum das lutas, mas igualmente a

realidade das vidas, de indivíduos oprimidos por representações depreciativas, discriminatórias, sejam estas a homofobia, o racismo, a opressão de gênero ou o preconceito de classe.

Quando o assunto é o preconceito e a opressão de indivíduos, em razão de sexualidade, construções de gênero, etnia, cor da pele, origem social, não se pode mais admitir, sob qualquer pretexto, a omissão da educação escolar pública, no que se incluem as universidades. Quando pesquisa recente demonstra que os livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação às escolas públicas ignoram a homossexualidade,¹ não temos dúvida do papel que cumprem publicações como a *Bagoas*.

O silêncio em torno da homossexualidade não é obra do acaso, mas algo produzido na história e com propósitos deliberados. Ocultando-se sua existência, produz-se a ilusória ideia da heterossexualidade como única e natural, fonte da opressão de gays, lésbicas, travestis e transexuais, que veem seus desejos patologizados, transformados em anomalias, erros. Concepção ideológica que estudos como os que temos publicado tentam desconstruir e desmascarar, e que pesquisadores de diversas partes conseguem demonstrar ser uma parte da história de construção da dominação social, em suas diversas formas, nas nossas sociedades. Um bom exemplo recente desses estudos é o livro do historiador Louis-Georges Tin, *L'invention de la culture hétérosexuelle*, que apresenta os exemplos das disputas e lutas para a instituição da cultura da heterossexualidade ao longo dos séculos na história da Europa. Como ali está, trata-se de retirar a heterossexualidade da ordem da natureza e inscrevê-la na ordem da cultura e da história.

A publicação de nosso terceiro número reúne textos de pesquisas e reflexões sobre aspectos da realidade brasileira, mas igualmente da realidade mundial. Em conjunto, constituem leituras de experiências vividas, ontem ou hoje, de ações de resistência e lutas, de novas perspectivas da lei, de novos modos de conceber a sexualidade de homens e mulheres, de representações no cinema ou na literatura,

¹ A pesquisa foi realizada pela ONG Anís, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), nos últimos dois anos, com 61 dos 98 livros didáticos de maior distribuição no ensino fundamental e médio. (ABGLT, 2009)

que exprimem vivências do sexual e imagens do masculino e do feminino, em suas relações com a história e as transformações sociais.

Nossos autores trazem a reflexão sobre uma verdade, apresentando-a cada um à sua maneira: para além da ideologia da naturalização da sexualidade, sua patologização no discurso médico-científico, sua sacralização no discurso religioso ou ainda sua criminalização, existem corpos, pessoas que desejam, imaginam, fantasiam e que não se deixam governar por construções arbitrárias, culturais, sócio-históricas que procuram inscrever a todos em lógicas redutoras do prazer e do desejo.

Estamos felizes em oferecer aos leitores e leitoras mais um número da *Bagoas*. Boa leitura!

Alípio de Sousa Filho

Editor